

PRECARIZAÇÃO, SOFRIMENTOS E MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES DAS MADEIREIRAS NO MARAJÓ: A QUEM INTERESSA(VA) O SILÊNCIO?

Enapio Dutra do Carmo¹
Maria Vitória Costa Fernandes²
Nilza de Sousa Medeiros³

Resumo: O artigo analisa as condições dos trabalhadores com atuação nas empresas madeireiras no município de Breves. Parte-se do contexto de saque e exploração dos recursos naturais na Pan-Amazônia em tempos da guerra de commodities. A economia madeireira baseia-se no saque e desmatamento, mas tem na exploração da força de trabalho a condição de ímpar para acumulação ampliada do lucro. O sistema capitalista vem destruindo os modos de vida de comunidades ribeirinhas, além de promover a desestruturação socioambiental. O resgate da memória de trabalhadores mutilados pelos empreendimentos é a maior contribuição deste trabalho, mas a atualização do tema permite informar a continuidade do processo em escala menor. O tempo-espaço das Amazônias na América do Sul são detentoras de histórias, memórias e lutas, dentre elas, os movimentos em rede para a preservação da vida e do trabalho digno. A sociologia e a história são áreas de conhecimento que colaboram para a instrumentalização da luta epistêmica para a valorização dos direitos Socioterritoriais.

Palavras-chaves: Trabalhadores. Madeireiras. Marajó. Lutas Políticas

PREACARIZATION, SUFFERING AND MEMORIES OF WOOD WORKERS IN MARAJÓ: WHO WAS INTERESTED IN SILENCE?

Abstract: The article analyzes the conditions of workers working in timber companies in the municipality of Breves. It starts from the context of exploration and exploitation of natural resources in Pan-Amazon, about the times of the commodity war. The savings made are based on non-destruction and deforestation, but the exploitation of the workforce is on condition that it prevents the increased accumulation of profit. The capitalist system has been destroying the ways of life of riverside communities, in addition to promoting socio-environmental disruption. The rescue of the memory of workers mutilated by the undertakings is a major contribution of this work, but the update of the theme allows to inform about the inheritance of the process on a smaller scale. The space-time of the Amazons in South America holds stories, memories and struggles, among them, the network movements to preserve life and decent work. Sociology and history are areas of knowledge that contribute to the instrumentalization of the epistemic struggle for the valorization of socio-territorial rights.

Keywords: Workers. Timber. Marajó. Political Struggles

¹ Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA, 1998), Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pelo NAEA/UFGA. É professor Adjunto do Curso de Serviço Social e Coordenador de Pós Graduação e Pesquisa da UFGA-Campus Marajó Breves. Foi professor e coordenador do Curso de Administração do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Integrante do Grupo pesquisa GETTAM (Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados na Amazônia). Faz parte, desde 2008, do Banco de Avaliadores do MEC. Tem experiência na área de Desenvolvimento, Território e Impactos Socioambientais, Gestão e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: impactos socioambientais, desenvolvimento local, sustentabilidade, políticas públicas, gestão territorial, cultura, reestruturação produtiva e relações de trabalho. É parecerista da Revista Novos Cadernos NAEA (UFGA) e da Revista de Administração Pública (FGV/SP). Email: eunapiodocarmo@gmail.com.

² Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará Campus de Breves/Marajó.

³ Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará Campus de Breves/Marajó.

PREACARIZACIÓN, SUFRIMIENTO Y RECUERDOS DE TRABAJADORES DE MADERA EN MARAJÓ: A QUIÉN LE INTERESÓ EL SILENCIO?

Resumen: El artículo analiza las condiciones de los trabajadores que trabajan en empresas madereras en el municipio de Breves. Comienza desde el contexto de la exploración y explotación de los recursos naturales en la Amazonía Panamericana, sobre los tiempos de la guerra de los productos básicos. Los ahorros realizados se basan en la no destrucción y la deforestación, pero la explotación de la fuerza laboral está condicionada a que evite la mayor acumulación de ganancias. El sistema capitalista ha estado destruyendo las formas de vida de las comunidades ribereñas, además de promover la disrupción socioambiental. El rescate de la memoria de los trabajadores mutilados por las empresas es una contribución importante de este trabajo, pero la actualización del tema permite informar sobre la herencia del proceso a menor escala. El espacio-tiempo de las Amazonas en Estados Unidos contiene historias, recuerdos y luchas, entre ellas, los movimientos de la red para preservar la vida y el trabajo decente. La sociología y la historia son áreas de conocimiento que contribuyen a la instrumentalización de la lucha epistémica por la valorización de los derechos socio-territoriales.

Palabras clave: Trabajadores Madera Marajó Luchas políticas

Introdução

A Pan-Amazônia nos remete a refletir sobre o tema meio ambiente e trabalho na América Latina. Como pensar em vida num continente considerado o mais desigual do mundo e com histórico processo de violação de direitos e de práticas de violências de todas as ordens? Como pensar em dignidade diante de tantos casos de trabalho análogo ao trabalho escravo na Pan-Amazônia? Como discutir qualidade de vida num continente marcado por atrocidades aos territórios das águas e florestas saqueadas pelo avanço da fronteira do capital na periferia do capitalismo?

As respostas a essas questões têm sido o desenvolvimento desigual. Este desenvolvimento, centrado no crescimento econômico, devasta o meio ambiente e explora trabalhadores no mundo. Historicamente, o desenvolvimento desigual é marcado pela extração de riquezas e espacialização de desigualdade social que se reproduz numa estrutura socioambiental e econômica enraizada no poder local como ingerência do mercado internacional como aconteceu e acontece com a Amazônia via grandes grupos e megaempreendimentos extrativistas e de infraestrutura (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2012; CARMO, 2010). Observa-se o avanço da territorialização do capital monopolista na Floresta Amazônica que aprofundam as desigualdades socioeconômicas e colocam a massa de trabalhadores em situação de exploração, precarização e múltiplos sofrimentos. Esta agenda econômica está assentada nos “mecanismos de controle dos trabalhadores como formas de

eliminar os padrões societários inadequados com o desenvolvimento da economia de mercado” (RAMOS FILHO, 2013, p.15). Entende-se que a dignidade do trabalho é incompatível com o capital, por essa razão a única condição de manter o trabalho vivo seria a exploração e controle. A Amazônia Marajoara entra nessa dinâmica com ciclos de econômicos intermitentes da borracha, arroz e madeiras, cumprindo um papel estratégico na divisão internacional do trabalho, não obstante os problemas de desestruturação socioambiental e a reprodução social da desigualdade vividos, até hoje, na região como resultante da integração ao mercado nacional e internacional.

Para além desses aspectos há outros impactos e problemas sociais. Dentre esses, a situação de exploração dos trabalhadores, caboclos, pescadores, agricultores, que foram duramente explorados, tendo as suas condições humanas dissipadas. É importante desvendar essas histórias de degradação humana que foram, estrategicamente, “colocadas debaixo do tapete” para fazer parecer que o progresso estava dando certo. A tensão social e a intensificação dos problemas, vividos pelos trabalhadores na atuação das madeiras nas décadas de 80 e 90, foram se agravando com a expansão da reprodução ampliada do capital. O artigo, apoiado numa perspectiva histórico-crítica, tem como pano de fundo o processo de exploração dos trabalhadores nas atividades madeiras na cidade de Breves, no Arquipélago do Marajó⁴ e propõe-se a analisar os processos de precarização e acidentes de trabalho, vividos por trabalhadores durante a atuação das madeiras que foram propositadamente silenciados para legitimar o avanço do capital. As reflexões aqui apresentadas correspondem a resultados parciais do projeto de extensão iniciado em março de 2019⁵ com 03(três) grupos

⁴ O arquipélago do Marajó, com seu conjunto de 2.500 ilhas, ilhotas e 16 municípios, está na foz do Rio Amazonas e é emblemático na manifestação da pujante sociobiodiversidade da região. De Belém ao Marajó, percorre-se 223 km atravessando, via transporte fluvial, as baías de Guajará e do Marajó, bacias com extensões gigantescas devido proximidade com o Oceano Atlântico e navega-se por labirintos de rios, furos, igarapés, tornando a navegabilidade dos rios uma cultura (i)material de fator dominante na “estrutura fisiográfica e humana, conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional” (LOUREIRO, 2018).

⁵ O projeto de extensão é da Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves e tem o meio ambiente como temática central e os grupos socialmente vulneráveis como linha de ação. O mesmo foi aprovado no edital 2019 da Pró-Reitoria de Extensão e conta com 28 membros, envolvendo professores, bolsista, técnicos e voluntários. O projeto pretende ampliar a participação social dos membros das Vilas Intel I, Vila Intel II e Magebras e também comunidades vizinhas localizadas às margens do Rio Parauaú. O foco é a organização social para a garantia de direitos sociais num contexto de pós-crise do ciclo da madeira no município de Breves e ruptura com a cultura de dominação (moderno/colonial). Nesse sentido, busca-se desenvolver, junto aos moradores, o seu fortalecimento social, o conhecimento sobre seus direitos e a emancipação humana ribeirinha (lugar da enunciação/decolonial), num processo onde os mesmos possam, do seu lugar social, empoderar-se em defesa desses direitos, existências, saberes e sociabilidades. Os primeiros contatos com as comunidades envolvidas se deram em agosto de 2018, quando ocorreu a entrada em campo e estabeleceu-se as articulações com lideranças comunitárias para realização do projeto. Houve, nesse período, a ida de 03 (três) turmas de alunos dos cursos de Serviço Social, Letras e Pedagogia do Campus Marajó-Breves. O projeto visa consolidar-se em três fases, todas no ano de 2019, distribuídas nos meses de: janeiro a março; abril a junho; setembro a novembro.

sociais localizados às margens do rio Parauaú, cuja extensão abriga mais de 15 comunidades ribeirinhas, conhecidas como beiradão (conjunto de comunidades que moram às margens de rios). Neste projeto, alunos, professores e técnicos atuam coletivamente com as comunidades e desenvolvem ações de produção de informação e formação, além de arte e cultura. Os resultados de oficinas, dinâmica de grupo, representações teatrais e artísticas foram inspiradores para as reflexões aqui desenvolvidas.

O artigo foi concebido para descrever e analisar o tema trabalho, exploração e condições de vida. Inicialmente, são feitas análises sobre o Marajó e as contradições da sua rica sociobiodiversidade e a territorialização do capital. Avança-se, na sequência, para a apresentação do empreendimento madeireiro e suas estratégias de dominação e exploração da força de trabalho, perfazendo sujeitos vulneráveis ao poder do capital. Posteriormente, trata-se do silenciamento, produzido socialmente para conformar e adequar às realidades sociais no sentido de permanecer e aceitar o processo de ampliação da reprodução social do capital. Nas considerações finais, são tratados alguns aspectos da conjuntura atual na perspectiva do projeto de extensão em curso.

1. Breves, capital do Marajó: sociobiodiversidade, exploração de madeiras e mercado

A dominação e a invasão de terras por portugueses no período colonial revelam o caráter da violência disputa pelo território e suas riquezas que dizimou muitas tribos indígenas. O açúcar, maior fonte daquele período produzido nas terras brasileiras dependia de terra e mão de obra escrava (PORTO-GONÇALVES, 2015). Numa terra desconhecida, essa mão de obra (indígena e escrava) era considerada sub-humana e por essa razão sujeita a todas as atrocidades. Dessa forma, a produção de riqueza (açúcar, ouro, pau-brasil, drogas do sertão) estava relacionada com a expropriação humana e brutalização da vida de homens e suas famílias. Ao tratar do tema, Gonçalves *et al.* (2016) analisa o papel da Amazônia no período colonial, demarcado pela atuação dos países europeus, que concebiam a região, de fato, como almoxerifado e espaço de saque. O autor tratando dessas reflexões, analisa o contexto do arquipélago do Marajó de dominação, opressão e violência aos povos da floresta e ecossistemas. Essa linha de percepção segue determinando a forma de pensar o Marajó:

expropriação da floresta e da biodiversidade (GONÇALVES, CORNETA, ALVES, CAMPAGNOLI, AQUINO, MARQUES, BENATTI, BARBOSA, CARVALHO, 2016). Toda essa lógica faz parte da conformação sócio-histórica da região baseada na expansão do sistema capitalista, configurada pelos ciclos da cana-de-açúcar, borracha, arroz e madeira.

A ocupação da ilha do Marajó tem aspectos multifacetados como a própria trajetória da ocupação da Amazônia brasileira. Sendo lar, inicialmente, de inúmeros grupos indígenas, passou pelas cruezas do processo de conquista com a chegada dos europeus ao continente e, com esses, uma posterior reorganização do espaço seja por escravos fugidos (tanto negros como índios) ou devido aos rearranjos socioeconômicos da segunda metade do século XX⁶.

A exploração da madeira no Marajó como atividade econômica hegemônica, elitista e racista ainda guarda elementos constitutivos dessa ocupação destrutiva e corresponde a extração de árvores, concentração de terra e violação do meio-ambiente e de grupos sociais preexistentes, como ocorreu em Breves e Portel. O desmatamento e a exploração dos trabalhadores são vetores da acumulação do capital madeireiro, cuja fronteira econômica está baseada na concentração de terra e na exportação para os mercados europeus e asiáticos. Essa dinâmica subjuga povos tradicionais que vivem às margens dos rios e possuem uma relação de troca com a natureza, revelada como fonte de sua sobrevivência, com práticas de pesca, caça, coleta e manejo dos recursos naturais, retirando apenas o suficiente de maneira sustentável. Modos de vida foram constituídos dessa relação e as formas de moradia são concebidas de maneira estratégica em respeito aos movimentos do ciclo de águas para a época de enchente dos rios, por isso vivem em casas de palafita (casas construídas com base em tronco sobre as águas).

A abundância de madeiras e a excelência delas fizeram com que o município de Breves fosse conhecido como “celeiro mundial de madeira”. Nesse período, o domínio dos exploradores nessa região teve um grande aumento, por esse motivo as disputas territoriais cresceram contra os povos tradicionais, em razão do valor das commodities madeireiras. O cenário favoreceu a expansão da instalação de empresas madeireiras nas margens dos rios, para realizarem exploração das florestas transvestido como ideia de desenvolvimento para a região. Nesse momento sócio-histórico, houve uma massa de trabalhadores que para sobreviver submeteram-se às condições precárias de trabalho nessas empresas. As contradições sociais do período estão desde as denúncias de atividade ilegal até situações análogas ao trabalho escravo.

⁶ *Idem*, p. 112.

Diante dessas circunstâncias, constata-se que a atividade industrial extrativista tem contribuído para o crescimento econômico desigual nas Amazônias (CASTRO e PINTO, 2018), mas, sobretudo, provoca grandes transformações de ordem socioespacial. São implicações resultantes da política de integração regional e desenvolvimento de mercado engendrada desde os anos de 1960 através da implantação de projetos econômicos com escala global de mercado (madeira, minério e grãos). A territorialização das madeireiras no Marajó das Águas e das Florestas é um exemplo emblemático desse processo e implicou em graves impactos na dinâmica social, econômica e ambiental da região. Para além de constatações simplistas e reducionistas que acenam que o ciclo econômico da madeira como auge da capital das Ilhas, maneira como o município de Breves é conhecido, esse ciclo foi acompanhado, para essa narrativa do empresariado local, como uma época de ouro, de progresso e crescimento econômico. Sendo assim, as empresas multinacionais, incentivadas pela política econômica do governo federal, instalaram-se na região imprimindo outra paisagem.

[...] Entre as décadas de 1970 e 1980, com a chegada das grandes madeireiras, Breves figurou como um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará. A concentração no setor madeireiro acrescida do baixo nível de beneficiamento da mesma maneira como ocorre com outros produtos de base extrativista fragilizam economicamente o município, ao mesmo tempo em que favorecem os setores oligárquicos que exploram os recursos das várzeas e o trabalho de populações ribeirinhas há décadas. (GONÇALVES *et al.*, 2016, p. 119)

Este fato se potencializa, nesses territórios das águas e florestas com maiores dificuldades de instalação de “células de produção”, denominação da arquitetura das madeireiras que envolveu instalações para administração, produção, geração de energia e comercialização/transporte. Essa cadeia produtiva é complexa e se especializa nas áreas de florestas e águas da região. Em tal situação, as relações sociais com o território que presumem moradia, trabalho, saúde e cultura são potencialmente desestruturadas. Isso quer dizer que a desterritorialização impactou e impacta nos modos de vida e condições de moradia e trabalho de comunidades ribeirinhas onde suas territorialidades e suas especificidades são profundamente modificadas.

Importa considerar, também, que o auge da extração madeireira, entre as décadas de 1970 e 1980, não representou uma melhor condição de vida para a população marajoara, tampouco uma redistribuição mais equitativa de renda. Ao contrário, a presença das grandes empresas reforçou, contraditoriamente, as relações de trabalho não assalariadas, como o sistema de “aviamento” ou “meia”, a partir de alianças entre as grandes empresas e as oligarquias locais⁷.

No entanto, o controle que as empresas tinham sobre os operários era tão grande, a ponto de muitos não se verem como explorados, independente do seu estado de saúde ser abalado pelas condições de trabalho, sem garantias de direitos e melhores condições de vida. Tal fato, trabalhado ideologicamente pelas grandes empresas, era uma forma de dominação que imprimia uma racionalidade de pensar a região como capital natural. A naturalização dos acidentes e a proliferação de mosquitos e animais selvagens em razão da invasão ao seu habitat, causavam problemas e doenças aos trabalhadores e a suas famílias que moravam nas casas localizadas no entrono das empresas, funcionando como “vilas operárias”. Também, destaca-se outros fatores desumanos como a sobrecarga e o tempo abusivo na jornada de trabalho que faziam parte do cotidiano da massa de trabalhadores.

Apesar de todas as condições de subjugação, havia um sentimento de gratidão às empresas por parte dos trabalhadores e moradores das comunidades ribeirinhas por acreditarem que o acesso à escola, a instalação de posto de saúde e a obtenção de energia era de responsabilidade das empresas madeireiras. Ou seja, diante do quadro de exclusão social, a presença de serviços públicos básicos tiveram um impacto social favorável às empresas que, em parceria com o governo local, atendiam essas demandas muito mais no sentido de garantir a reprodução social da força de trabalho e o controle social do que efetivamente promoção de cidadania. A maior prova disso foi constatada após saída das empresas desses espaços, pois as comunidades têm muitas dificuldades para atendimento de suas demandas, havendo uma certa desresponsabilização de órgãos do executivo local com a realidade apresentada.

É importante ressaltar que muitas dessas empresas funcionavam de forma irregular, sendo este o maior motivo de fechamento de muitas delas após a intensificação das fiscalizações do IBAMA, aplicando multas de valores altos em empresas clandestinas e exigindo práticas sustentáveis voltadas ao reflorestamento, conforme as normas da Lei Ambiental (9.985/2000). Por esse fato, muitos empresários diversificaram seus negócios ou saíram do município. O lucro alcançado no período favoreceu a estratégia da elite de mudança de setor de atividade ou mesmo a busca de outros nichos de mercado na região.

1.1 As madeireiras e a realidade dos trabalhadores: invisibilidade, acidentes de trabalho e trabalho ilegal

⁷ *Idem*, p. 123.

A exploração da força de trabalho é central para a realização da cadeia produtiva da madeira que vai desde retirada da árvore até o seu beneficiamento. Esse movimento implica trabalho braçal para derrubada e extração, tendo muitos trabalhadores que migraram para a região. A maioria é oriunda de segmentos sociais historicamente excluídos que se submetiam, e ainda submetem-se, às condições de trabalho precárias para garantir uma remuneração e sustentar a família. Muitos desses trabalhadores eram sobrecarregados, passavam horas dentro de serrarias, e sua renda era inferior ao tempo dedicado ao trabalho.

A expansão dessa atividade também provoca desmatamento que era praticado de forma irregular, agredindo brutalmente o meio ambiente para obtenção de madeira de boa qualidade. Os desdobramentos desses aspectos ascenderam a discussão sobre a semelhança com o trabalho escravo. Para Resque (2013, p. 108): “Essa relação entre desmatamento e trabalho escravo é muito forte principalmente pelo fato do uso notório deste tipo de trabalho na fase inicial do desmatamento, quando se utiliza o trabalho braçal pouco qualificado, frequentemente associado ao trabalho escravo”. Faz-se, portanto, analogia ao trabalho escravo, onde muitos trabalhadores ficavam em condições totalmente insalubres, estando à “disposição” do trabalho e sujeitos a qualquer tipo de risco. De fato, nos municípios do Marajó, esse tipo de trabalho era comumente encontrado, pois as madeiras correspondiam a fonte de renda e responsável pela circulação financeira dentro e fora da região (*Idem*). Com a falta de políticas públicas e a ausência de outros meios em que a sociedade pudesse obter renda, a economia girava em torno do desmatamento, principalmente em se tratando do aumento da atividade madeireira. Em decorrência dessa realidade somada a outros processos de vulnerabilização, a região do Marajó possui os dez menores Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (IBGE, 2010).

Sobre o tema, o baixo IDH é uma realidade presente em todos os 16 municípios que formam o arquipélago. Observa-se que os ciclos econômicos não conseguiram minimizar, pelo menos, o quadro de privação social. Ao contrário, no movimento inverso, colaboraram para agudizar essa realidade. O município de Breves, considerado a cidade do apogeu da madeira, está entre os 10 mais baixos do Brasil (IBGE, 2010). Melgaço, município vizinho à Breves e integrante da cadeia produtiva da madeira, é considerado o “pior município para se viver no Brasil”, por apresentar o mais baixo IDH do Brasil. Para além de uma visão superficial e midiática imprimida sobre o tema, urge compreender que a vulnerabilidade social é resultado do histórico processo de dominação e da extrema concentração de renda. Ou

seja, quem ganha e quem perde com a vulnerabilidade social: a elite política e econômica e as comunidades ribeirinhas e outros grupos socialmente excluídos⁸, respectivamente.

A violação de direitos das pessoas era nítido nas atividades madeireiras. Importante lembrar de dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) válidos para todo território nacional e internacional que assegura: **Art. 3º** - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; **Art. 5º**- Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948). Ambos foram referendados pela Constituição:

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

III—ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 1988)

A invisibilidade desses processos desumanos de exploração ocorriam na zona rural adentrando a floresta e próximo às margens dos rios. Portanto, a distância do centro da cidade (sede dos municípios) colaborava para o “desconhecimento” e o silenciamento dos casos de trabalho ilegal em decorrência do desmatamento, de exploração (crime ambiental) e de violação da segurança pessoal. Com isso, são poucos os registros feitos. Como Resque (2013) aborda, “Diferentemente da situação relatada acima, existem pouquíssimos dados, estudos e pesquisas que evidenciem com mais clareza a relação entre a atividade madeireira e o trabalho escravo na região do Marajó” (p. 136).

Os relatos de informantes revelaram que os trabalhadores eram levados de barco pela manhã e retornavam pelo fim da tarde. Com isso, exerciam suas atividades em isolamento, como também expõe Barata (2011, p. 86):

A prática dos desmatamentos no Pará, também esconde a alarmante e cruel realidade do trabalho escravo, onde pessoas são arrematadas pelo chamado gato, sem contrato legal de trabalho e levadas para o isolamento das florestas, para o trabalho insalubre nas serrarias e da extração da madeira.

Ou seja, era neste isolamento que os trabalhadores desdobravam-se usando todo seu esforço, pois não havia, naquele momento, máquinas tão apropriadas. Os relatos revelam que

⁸ Há outros dois graves problemas estruturais na região: exploração sexual infantil e o tráfico de pessoas (RESQUE, 2013). Ambos ajudam a reforçar o processo de agudização da privação social na região.

as grandes toras de madeira eram carregadas em muitos braços para poder deslocar as grandes árvores. Os corpos dos trabalhadores sofriam inversão térmica diariamente, pois estavam em contato com chuva e sol, expondo-se a agravos de saúde endêmicas. Com isso, muitos do que ali estavam, sofriam acidentes com serras e perdiam partes de seu corpo. A ausência de fiscalização favorecia a ilegalidade do trabalho e silenciavam dores e sofrimentos.

Nas empresas, haviam trabalhadores que atuavam com a carteira de trabalho assinada, entretanto, existiam uma boa parte de trabalhadores que estavam informalmente, pois não era contratado legalmente e nem tinham “seguro” em caso de acidentes. Ocorre que esses últimos eram os mais explorados, pois ficavam diretamente com a retirada das árvores de grande porte e sujeito aos riscos de acidentes e de exploração, haja vista que eram obrigados a um esforço físico maior. É importante destacar que muito dos trabalhadores não tinha escolaridade. E quando tinham, era em um nível bem baixo. Os filhos desses trabalhadores desistiam da escola pela falta de estrutura, estímulo e instabilidade financeira, sendo assim, acabavam optando por ajudar seus pais ao invés de ir à escola. Esse contexto também acena para a reflexão sobre trabalho infantil:

O meu filho tá ajudando muito no trabalho esse ano. Ele faz tudo, tira palmito, madeira, açai e hoje ele tá na serraria. Quando ele tá trabalhando ele não vai pra escola porque só volta lá pra 05 h. Ele tem falhado na escola esse ano (BARROS *apud* RESQUE 2006, p.12)

Já reprovei muitas vezes, faz tempo, eu estudava junto com a 3ª e 4ª série e, aí, ficava ruim, a professora passava mais trabalhos pra eles. Já desisti de estudar por causa do trabalho com meu pai, ele trabalha no mato e às vezes na serraria⁹.

Fica evidente que muitos abandonam os estudos para ajudar no âmbito familiar. E a desistência escolar não ocorreria apenas pela questão de colaborar com o trabalho da família, mas também era resultado da baixa articulação da escola com as famílias vulnerabilizadas. Os jovens e adolescentes que estudavam no período, em função do trabalho, apresentavam baixos rendimentos em decorrência de atrasos constantes e do cansaço.

A desestruturação socioambiental afetou diretamente os modos de vida preexistentes e os sentimentos daqueles momentos vividos pelas comunidades antes dos ciclos de destruição do capital. O trabalho estava diretamente ligado à dinâmica cotidiana e à produção econômica derivada da exploração dos ecossistemas marinhos e terrestres. A instalação das empresas madeireiras modificou a paisagem natural e interferiu nos modos de vida. Na época em questão as tecnologias disponíveis na região de Breves eram muito limitadas, o que contribui

⁹ *Idem*, p. 11.

para que sejam raros os registros. Por essa razão existem poucas imagens referentes às fábricas de madeiras e, principalmente, da atuação diária dos trabalhadores no meio das florestas e rios. Reside aí a contribuição deste trabalho: recuperar relatos de pessoas que estiveram mais próximo deste contexto de atuação das madeiras. Entretanto, era precária a forma como os trabalhadores exerciam suas funções, não sendo dada a devida importância à segurança e seus instrumentos de trabalho, pois não havia manutenção regular. A realidade dos trabalhadores que moravam na Vila Intel, comunidade ribeirinha do município de Breves, revela esse drama social, foco do cenário abordado aqui. Uma parte significativa dos moradores migraram para Vila Intel oriundos de Portel e Melgaço entre outros locais próximos e de vilas ribeirinhas localizadas nos rios de Breves. A presença de trabalhadores vindos de outros lugares aumentava a produção e, por duas vezes, favorecia aos empresários.

Esses trabalhadores, perfil de 30 a 40 anos de idade e de baixa renda, tinham uma sobrecarga alta de trabalho para garantir a produtividade e trabalhavam no período de 06h às 17h, com um intervalo de uma hora. A maioria dos trabalhadores atuavam com a extração e o beneficiamento de madeira sem equipamentos de segurança individual razão pela qual manuseavam serras, caldeiras e toras com restos de resíduos tóxicos para conservação da madeira. Eram obrigados a carregarem pesos extremos através do rio, ficando parcialmente submersos, e depois ficarem expostos ao sol e ao calor, sem máscaras para proteger do pó gerado pela derrubada e beneficiamento das madeiras.

Estes trabalhadores eram atraídos pela oferta de trabalho e por alguns atrativos peculiares de empresas que atuam com setores de risco. O deslocamento de muitos trabalhadores estava diretamente relacionado com a obtenção de melhor condição de vida, pois além do emprego em si, havia como “benefício” uma casa (sem cobranças de aluguel) e energia (por um determinado tempo do dia). Casa com estrutura mínima e energia representavam uma “conquista” diante de uma realidade de casas pauperizadas e sem energia. Dessa forma, o empregado teria um melhor conforto e sem tanta preocupação em pagar aluguel, luz e água, mesmo não sendo de boa qualidade para o consumo. Além do mais, a Vila Intel contava com uma “Cantina” (mercadinho local) contendo produtos básicos, onde os produtos vendidos eram produzidos pelo próprio dono da madeireira em outro local fora da vila; havia também um açougue e uma “padaria”. Desse modo, as pessoas não teriam tanta necessidade de se deslocar até a cidade para realizar compras, o que era comum para muitos ribeirinhos que moram distante do centro (sede do município). Isso fazia com que o dinheiro só circulasse naquele meio e, assim havia um outro processo de acúmulo de capital. Quando

havia necessidade ir à sede da cidade de Breves, a empresa dispunha de um barco para fazer o trajeto de ida e volta. Esse mesmo barco era responsável pelo deslocamento dos trabalhadores que não moravam na Vila Intel e ficava à disposição da comunidade para alguma emergência que surgisse. Destaca-se que o transporte de barco em condições seguras é fundamental numa região com muitos relatos de acidentes fatais em decorrência de transporte inadequado ou clandestino.

Para conseguir morar na Vila Intel era necessário aguardar uma casa desocupar, e quando isso acontecia, revelava a saída de alguém da empresa. As pessoas tinham um prazo para desocuparem o local, para assim, ceder a outro. Muitos desses espaços eram ocupados por mais de uma família, principalmente quando havia uma rede de parentesco, cultural na região. Tinham casas que eram divididas em até três cômodos. Na Vila, havia festas nos finais de ano e eram promovidos dias de lazer para as famílias patrocinado pela empresa. Havia entrega de presentes às crianças nas festas natalinas e sempre providenciavam atrações que distraíssem os adultos. Tais ações eram estratégias para amenizar as diversas situações que os trabalhadores vivenciavam no decorrer do ano, algumas vezes, até perigosas.

Como já mencionado, muitos trabalhadores eram submetidos a situações de risco a sua integridade física e a pressão psicológica no seu local de trabalho. Estas últimas relacionadas às estratégias de despertar o “brio dos homens” para o trabalho sem cansar. Com ausência de máquinas próprias de extração de madeira que realizam o trabalho com maior volume e velocidade, era comum os trabalhadores estarem carregando pesos muito além de sua capacidade, ocasionando sérios e crônicos problemas de saúde. Os relatos ouvidos descrevem o sofrimento com o pó e o barulho das serras, em contato com calor extremo das caldeiras, aumentando muito chances de adoecimento, uma vez que muitos desses trabalhadores, oriundos de atividades ribeirinhas, não tinham conhecimento dessa realidade.

A brutalidade do trabalho era comum, as pessoas eram destinadas a fazer o trabalho pesado. O fato de não terem roupas adequadas para esse tipo de trabalho, facilitava ainda mais os riscos desses trabalhadores de serem afetados. A ingestão da água contaminada com produtos químicos era uma situação normal, acarretando várias doenças digestivas. A longo prazo, essas doenças só eram descobertas quando se dirigiam ao posto mais próximo ou quando iam à cidade para a realização de exames. Como o trabalho era manual, o tempo de duração era maior, assim, muitos deles ficavam o dia inteiro dentro do rio, fazendo o que hoje é feito bem mais rápido em razão da tecnologia.

O trabalho realizado hoje pelas empilhadeiras que carregam toras era feito, à época, por homens dentro d'água, por horas e sem proteção alguma, sendo expostos a todo tipo de doença e insetos, além de morcegos, aranhas, cobras, sapos e outros. As situações de trabalho eram precárias e a segurança no local de trabalho era insuficiente. Alguns perdiam partes do seu corpo, como dedos, outros eram expostos ao veneno que colocavam nas madeiras depois de serradas para que as mesmas conservassem por mais tempos, causando alergias, e, ocorrendo situações mais grave nessa atividade: morte por desconhecimento do processo.

Percebe-se que a única preocupação era com a produção e lucro, essência do processo de acumulação capitalista. Não havia cobrança dos danos ambientais e humanos, além de ter a ideologia dominante de que os recursos naturais eram infinitos. A preocupação constante era como saquear mais, desmatar mais, extrair mais, mas não em como reparar o vazio que iam deixando pelas matas e as marcas que não cicatrizam até hoje na vida de muitas pessoas. A dor do sofrimento e da perda da condição humana e da vida. A esse respeito assim se manifestou uma informante, antiga moradora da Vila Intel, que viveu diretamente essa situação:

[...] não tinha aquela segurança, não tinha aquela... como é que se diz mesmo... aquela fiscalização direto pra ver se estavam trabalhando com os materiais, pra ver se estavam de acordo com o trabalho deles e isso não evitava que certos acidentes que aconteciam [...]. Aconteceu dessa vez da caldeira que explodiu, foi muito forte, a gente morava lá né, a gente ouviu foi um desespero lá e jogou um senhor que trabalha próximo ali que ele ficou todo queimado sabe? Aí trouxeram ele, aquele homem gritando assim no desespero todo queimando. [...] é que o dele foi muito grave, ele ficou assim todo defeituoso né, andando assim todo defeituoso, e tinha assim na serra né, tiravam a ponta do dedo, tiravam o... até daquele meu cumpadre ele teve um acidente né, que tirou esses três dedos dele aqui, o avó dela também [apontando para criança] ficou sem essa parte do dedo, de vez em quando acontecia [...]. Aí no caso do acidente mais... como é que diz, o mais grave que teve foi o do pai dela né [aponta para uma jovem], que foi um acidente fatal mesmo que o caso não teve essa parte do... da.. da eletricidade né, que tinha, disque [expressão de dúvida], o pessoal da SIPA, mas como eu tô dizendo, não ficava aquela fiscalização lá pra ver, fazendo a manutenção né, tinha as pessoas, os eletricitas, mas não... porque se eles fizessem manutenção pra prevenir, não tinha acontecido assim, logo de primeira né, não tinha sido assim, aí por isso que a gente diz, eles falam que tinha né, segurança, mas não tinha (Breves-PA. 05/10/2019).

Essa fala só reforça o quanto a vida desses trabalhadores era desvalorizada, além de ser mão de obra barata, e com um número alto de pessoas à disposição do serviço, a segurança era o que menos importava para os madeireiros, pois o objetivo estava relacionado ao lucro, não levando em conta a questão ambiental, nem sequer a saúde dos trabalhadores. Medeiros e Jurado (2013) informam que o risco ocupacional mais citado no que diz respeito ao índice de

acidente no setor florestal é o risco físico, que acontece principalmente pelo fato do ambiente de trabalho ser propício, influenciando no aumento de acidentes.

Fica nítida as poucas informações sobre as condições de trabalho em madeireiras no Marajó. Pelas razões até aqui apontadas, percebe-se baixos registros oficiais por parte dos órgãos públicos, prevalecendo a narrativa ufanista e hegemônica do poder econômico e político da região. No arquipélago do Marajó, esse tema ainda é recorrente e retrata a realidade dos países latino-americanos que são espaços de fronteira de recurso de expansão do capital por contar com um conjunto de medidas favoráveis no âmbito político para mercantilização da natureza e contam as resistências e lutas sociais dos povos da floresta. Ao tensionar o assunto a partir de uma abordagem histórico-social, informações são retiradas “debaixo do tapete” e ressurgem com potência de reflexão sobre um passado ainda vivo na memória social de muitos marajoaras e presente na vida de trabalhadores que, em pelo século XXI, atuam nas mesmas condições de precariedade. Portanto, há uma mistura entre lembranças e memórias e a realidade social que segue privando socialmente pessoas de seus direitos. O mesmo silenciamento do século XX também perdura no século XXI não obstante as denúncias e enfrentamentos de entidades sociais e grupos de pesquisa.

2. O silêncio diante dos problemas de saúde e insegurança

O silêncio guarda marcas profundas do campo de conflitos na região marajoara com as atividades madeireiras. Esse silêncio tem intencionalidade e guarda relação direta com a lógica da expansão econômica. As comunidades ribeirinhas, historicamente rejeitadas e invisibilizadas, vivem realidades sociais complexas que os estudos interdisciplinares na área da sociologia do desenvolvimento, planejamento regional e história social têm buscado investigar sobre as condições político-econômicas de produção de riqueza e concentração de renda como também instituidoras e inerentes à reprodução da extrema pobreza, perfazendo a contradição social instalada na região. Somando a isso, o desemprego em alta e o crescimento da informalidade empurram ribeirinhos e outros sujeitos para condições de trabalho desumanos na região. Os fatos históricos da expansão dos empreendimentos madeireiros dão pistas para entender como a desigualdade social alimenta o ciclo de precarização de condições de trabalho. E mais: as narrativas contraditórias de atores sociais e político-econômicos

permitem construir reflexões que perpassam pelas relações de poder concomitante ao avanço da mobilidade do capital para produção da riqueza.

A maioria de moradores de comunidades ribeirinhas que tiveram em seus territórios madeiras trazem histórias e episódios dolorosos sobre essa época no que diz respeito aos acidentes de trabalho. Muitos até hoje sentem os danos ocasionados pelo tratamento desumano. Para Medeiros e Jurado (2013) esses acidentes de trabalho acarretam aos trabalhadores danos que podem variar de restrições laborais até a impossibilidade de trabalho, seja temporária ou permanente. Por essa razão, a atividade madeira é de risco considerável.

A atividade madeira foi considerada principal atividade econômica no Marajó, mais precisamente no município de Breves. No entanto, este processo se deu sob uma cultura de extração ilegal de madeira, o que gerou várias denúncias e apreensão de esquemas clandestinos pelo IBAMA (MIRANDA, 2007). Coincide também com a ampliação dos debates sobre as questões ambientais que começaram a ser mais difundidas no mundo, e assim a Amazônia foi ganhando mais destaque no que diz respeito à preservação ambiental. Com a crise financeira e as crescentes denúncias, as empresas foram fechando.

O alto nível de desemprego e a ineficácia da fiscalização contribuiu para a derrubada clandestina de madeira. Esta torna-se, para muitos trabalhadores locais, um meio de subsistência, uma forma de manterem suas famílias e ao mesmo tempo esta ocupação é uma forma de emprego infrutífero, que gera um vício empregatício, devido a população não conhecer e/ou ser capacitada para exercer outro tipo de ofício que não seja o da extração vegetal.

A economia extrativista florestal, frequentemente, não emprega mão de obra especializada ou qualificada e, por isso, o fechamento das madeiras não apenas desempregou grande parte da população ativa do município, mas também deixou sem renda muitas pessoas que não têm qualificações necessárias para trabalharem nos poucos empregos que a região oferta, reconhecendo aí mais uma falha e/ou descaso do Governo: não incentivar a qualificação profissional investindo na educação da população local. Tendo em vista que no mundo globalizado em que vivemos exige-se cada vez mais pessoas especializadas/capacitadas (RAMOS, RODRIGUES, SANTOS, 2011, p. 3)

Devido esses fatores, no auge do ciclo da madeira, os acidentes se tornavam cada vez mais comuns. Perder um membro do corpo durante a jornada do trabalho nas serras, era visto, de certa forma, como natural pelos trabalhadores. A maior parte dos operários não tinham acesso a treinamentos para exercer suas funções, o que refletia no alto índice de acidentes. Os trabalhadores também não tinham acesso aos seus direitos trabalhistas e eram explorados diariamente, sendo sobrecarregados e exercendo funções que hoje são feitas por máquinas. Além do ambiente de trabalho extremamente insalubre, indo desde a retirada da madeira na

mata, recolhida da mesma passando pelo rio para chegar na serraria, onde era beneficiada pela caldeira dentre outras etapas produtivas.

As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores florestais, quando comparadas com as atividades de outros setores, em geral são consideradas pesadas e extenuantes. Trabalhando ao ar livre, o empregado fica exposto às intempéries do clima e suas consequências, sofrendo com o calor ou frio, com a umidade, os ventos etc. Muitas vezes, o local de trabalho fica distante de sua residência, obrigando o trabalhador a dispender tempo e energia no trajeto, correndo o risco de sofrer acidentes. Devido ao isolamento do local de trabalho, geralmente faltam facilidades para o atendimento médico e de primeiros socorros. (MEDEIROS, JURADO, 2013, p. 88)

Para o avanço da atividade, situações extremas de violência eram constantes. Sobre isso, Leão (2014) analisa que muitos trabalhadores tinham contatos com animais venenosos, pois tratava-se de área densa de floresta, fazendo com que adquirissem doenças. É importante também mencionar o contato que trabalhadores tinham com cheiro forte do veneno que era colocado nas árvores, gerando muitas reclamações porque prejudicial à saúde.

O silenciamento diante da pobreza extrema, da devastação dos ecossistemas e da apropriação da força de trabalho tem justificativa e atendem a um modelo de desenvolvimento voltado ao mercado e sua liquidez. Breves foi palco desta contradição e ainda hoje vive os efeitos danosos desse processo.

[...] Breves, após a extração excessiva dos recursos naturais, aumentou drasticamente a desigualdade social e mudanças nos costumes da população local. Isso porque os recursos financeiros oriundos da extração dos recursos naturais da região não foram investidos na localidade de onde foram extraídos, sendo enviados para outras localidades, contribuindo para o grande crescimento das desigualdades locais, tendo na pobreza uma de suas faces. (RAMOS, *et al.* 2011, p. 1)

No entanto, esse assunto é pouco aprofundado, não sendo dada a devida importância. Parece que as histórias de vida dos trabalhadores ficaram no passado e o “esquecimento” é normalizado até quando acontece um novo acidente que é noticiado pelos meios de comunicação da cidade. Nesse momento, reatualiza-se as relações de poder e dominação, estruturando a sociabilidade na região, subalternizando populações e povos tradicionais que seguem resistindo e fazendo valer seus direitos socioterritoriais.

Considerações Finais

O artigo analisou e destacou as consequências do modelo operante das elites econômicas e políticas com o ciclo da madeira no Marajó. Na América Latina, e com suas especificidades na Amazônia, esse modelo marcadamente racista e excludente, produz o “progresso” sinônimo de destruição e genocídio, desde o início do processo de colonização. Em que impera a busca desenfreada por riquezas, sem qualquer preocupação com os danos causados ao longo de sua trajetória, visto que em meio a todo esse “avanço” a diversidade de vidas e espécies estão em riscos. A devastação em busca de riqueza continua e avança com ares novos da tecnologia. Observa-se que a exposição humana ao risco permanece com a exploração dos recursos naturais, e no âmbito das comunidades ribeirinhas, esse risco à segurança é bem maior.

Essa abordagem joga luz sobre a contradição riqueza e pobreza e como ela é evidenciada em regiões que tem seus territórios devastados por grandes empreendimentos. A ausência de políticas públicas e o desconhecimento dos direitos são constantes. No geral, os moradores das comunidades ribeirinhas não acreditam nos órgãos públicos e sentem-se esquecidos. O fato da existência de trabalho ilegal revela essa vulnerabilidade social e jurídica. Hoje, mesmo que o número de madeiras no município de Breves esteja baixo, ainda há muitas serrarias clandestinas, com números altos de pessoas que se submetem a trabalhos desumanos. O drama social permanece porque a maior parte da população brevense está na zona de extrema pobreza, levando muitos trabalhadores a arriscarem suas vidas mediante aos serviços precarizados e desumanos, não tendo nenhuma perspectiva que possa garantir sua segurança, saúde, e entre outros direitos.

O contexto desta discussão se alia ao entendimento de que as transformações que vem ocorrendo na cena sociopolítica e econômica da Pan-Amazônia é a continuidade do processo histórico de mudanças observadas na sociedade em função do avanço dos interesses de mercado sobre os territórios, contemporizando a desestruturação socioespacial via acirramentos dos conflitos pela terra, ampliação dos impactos socioambientais, racismo/injustiça ambiental e da reprodução da extrema pobreza. Os recursos naturais e a disputa pelo capital natural especializa regiões como o Marajó, considerado território de expropriação tanto humano como da natureza. No caso aqui estudado a madeira, atendendo à agenda neoextrativista de empreendimentos com a ideologia de “que trazem desenvolvimento”. Tratam-se de intervenções territoriais acompanhadas de práticas favoráveis da gestão pública (âmbito global e local) e ações de infraestrutura de produção e

transporte para garantir a produção em larga escala, fundamental para a reprodução ampliada do capital e da sua mobilidade.

O lugar da Amazônia na economia do sistema mundo se dá pela dinâmica da globalização e aumento da competitividade, tendo nos recursos naturais e no potencial logístico elementos diferenciadores que a região possui. Isso pressupõe apropriação desigual da natureza e suas variadas formas de expropriação e violência, além da sofisticação nas formas de exploração e controle de terras e recursos naturais por empreendimentos minerais, agrícolas e madeireiros. Esses empreendimentos atuam no cenário internacional com produção de commodities e concentram terra, devastam florestas e promovem desmatamento acumulado. A configuração político-econômica do arquipélago do Marajó tem influência dos conflitos territoriais e supremacia da força militar-financeira que garantiu a conquista da Amazônia.

Nosso projeto de extensão vem intensificando suas atividades no sentido de problematizar o tema com as comunidades ribeirinhas na direção de denúncia e anúncio com vistas aos direitos socioterritoriais. A realidade de muitos trabalhadores, moradores dessas comunidades, que foram acidentados, outros adoecidos e aqueles que morreram reforça a necessidade de discutir esse passado e trazê-lo para uma outra percepção de modelo de sociedade. Trata-se de valorizar mais a vida em vez de vê-la como mercadoria para exploração.

Referências:

ARANHA, A.; CALIARI, T. Trabalho escravo na Amazônia: homens cortam árvores sob risco e ameaça. **Repórter Brasil**. 13 de mar. 2017. Disponível: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/03/trabalho-escravo-na-amazonia-homens-cortam-arvores-sob-risco-e-ameaca/>>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

BARATA, Adriana Simone do Nascimento. **Ambiente e ordenamento do território: a questão ambiental dos desmatamentos em áreas protegidas na Amazônia**. Estudo de caso na RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) Alcobaça, Tucuruí-Pará-Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais**

nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508200>. Acessado em: 10 de out. 2019

BRASIL. **Legislação Ambiental Básica / Ministério do Meio Ambiente. Consultoria Jurídica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008.

CARMO, E. D. **O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. 230 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

CASTRO, E. M. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas. **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 22 de mar. 2020.

GONÇALVES, Amanda. CORNETA, Andrei. ALVES, Fábio. CAMPAGNOLI, Fernando. AQUINO, Heloisa. MARQUES, Jorge. BENATTI, José. BARBOSA, Leonard. CARVALHO, Maria. A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. Capítulo V: Marajó, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA**. Função Socioambiental do patrimônio da União na Amazônia / organizador: Fábio Alves. – Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160623_livro_funcao_socioambiental.pdf>. Acessado em: 13 de março 2020.

IBGE. **Censo demográfico 2010 e Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2018.

LEÃO, Dione do S, S. **O porto de Breves em Narrativas (1940-1980)**. 1º. ED. Belém- PA: GAPTA-UFPA, 2014. V. 1º. 170P.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4. Ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=DruKDwAAQBAJ&lpg=PP1&dq=JO%C3%83O%20DE%20JESUS%20PAES%20LOUREIRO&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q=JO%C3%83O%20DE%20JESUS%20PAES%20LOUREIRO&f=false>>. Acesso em: 10 de maio. 2018.

MEDEIROS, J. V.; JURADO, S. R. Acidentes de trabalho em madeireiras: uma revisão bibliográfica. **Revista Agrogeoambiental**, Pouso Alegre, v. 5, n. 2, caderno II, p.87-96, ago. 2013.

MIRANDA, Carolina Barros. **O Potencial turístico do Município de Breves**. Departamento de Turismo/UFPA (Monografia), Belém, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos**: Uma contribuição para a ecologia política da região. Revista Crítica de Ciências Sociais 2015. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/6018#ndlr>>. Acessado em 04 de set 2019.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013

RAMOS, Elenise. RODRIGUES, Aldair. SANTOS, Dione. **Notas sobre o processo de utilização dos recursos naturais no Marajó-Breves e suas consequências**: um futuro à (re) construir. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís Maranhão 2011.

RESQUE, Samir Pinto. **Exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará**: o caso do Arquipélago do Marajó. Belém, 2013.

SANTOS, Daiana, Brito. **Economia madeireira**: dificuldades de regulação e efeitos sobre quilombolas no arquipélago do Marajó. Belém 2015.

VERÍSSIMO, A.; LIMA, E.; & LENTINI, M. 2002. **Polos Madeireiros do Estado do Pará**. Belém: Imazon. 2002.